

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

Cód. AA08 – ECONOMISTA JÚNIOR

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1. Do rol de contas abaixo discriminadas, assinalar a alternativa daquelas que não aparecem num Balanço Patrimonial:

(A) Receitas de Serviços, Salários a Pagar e Despesas Financeiras.
(B) Despesas Financeiras, Duplicatas a Receber e Receitas de Serviços.
(C) Receitas de Serviços, Despesas com Pessoal e Despesas Administrativas.
(D) Despesas com Pessoal, Salários a Pagar e Provisão para Devedores Duvidosos.
(E) Despesas Administrativas, Despesas Financeiras e Patrimônio Líquido.

2. De conformidade com o demonstrativo das contas relacionadas, o Patrimônio Líquido totaliza:

Capital – R\$ 2.000,00
Reserva Legal – R\$ 300,00
Reserva Estatutária – R\$ 400,00
Financiamentos – R\$ 4.700,00
Empréstimos Bancários – R\$ 600,00
Lucros Acumulados – R\$ 2.500,00
Reserva de Correção Monetária do Capital – R\$ 3.500,00

(A) R\$ 8.700,00.
(B) R\$ 10.700,00.
(C) R\$ 11.100,00.
(D) R\$ 15.000,00.
(E) R\$ 9.500,00.

3. Numa análise financeira, o Índice de Liquidez Geral nos indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, para cada R\$ 1,00 de dívida total. Podemos concluir que:

(A) quanto menor for o índice melhor será a situação da empresa.
(B) quanto maior for o índice, melhor será a situação da empresa.
(C) quanto maior for o índice, pior será a situação da empresa.
(D) quanto menor for o índice, pior será a situação da empresa.
(E) quanto menor for o índice, será indiferente para a situação da empresa.

4. O Orçamento Público é sempre:

(A) Decreto Orçamentário.
(B) Projeto de Lei Orçamentária.
(C) Projeto de Lei Ordinária.
(D) Lei Orçamentária.
(E) As alternativas c e d estão corretas.

5. O Balanço Patrimonial de uma empresa permite verificar que houve acréscimo dos seguintes grupos de contas:

Patrimônio Líquido – R\$ 18.000,00
Passivo Exigível a Longo Prazo – R\$ 28.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo – R\$ 13.000,00
Ativo Permanente – R\$ 23.000,00

Podemos afirmar que houve:

- (A) aumento do Ativo Circulante.
 - (B) redução do Passivo Circulante.
 - (C) excesso de aplicações sobre as origens de recursos.
 - (D) redução do Capital próprio da empresa.
 - (E) aumento de Capital Circulante Líquido.
6. Numa Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos:
- (A) o aumento do Exigível a Longo Prazo é uma aplicação.
 - (B) o encargo de depreciação é uma origem.
 - (C) a realização do Capital é uma aplicação.
 - (D) o aumento do Ativo Diferido é uma origem.
 - (E) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal é uma aplicação.
7. Podemos dizer que o Custo de Capital corresponde à:
- (A) média aritmética das taxas de custo das diversas fontes de financiamento a longo prazo.
 - (B) média ponderada das taxas de investimentos a curto prazo que compõem a estrutura de capitais de terceiros da empresa.
 - (C) média ponderada das taxas de custo das diversas fontes de financiamento a longo prazo.
 - (D) média aritmética das taxas de investimentos a curto prazo que compõem a estrutura de capitais de terceiros da empresa.
 - (E) mediana das taxas de investimentos a curto prazo, que compõem a estrutura de capitais de terceiros da empresa.
8. Os investimentos em Ativos fixos da empresa devem ser financiados com recursos permanentes que integram a estrutura de capital, formado:
- (A) pelos empréstimos contraídos a curto prazo, recursos obtidos com a venda de ações no mercado e com parte dos lucros dos acionistas.
 - (B) pelos recursos captados pela venda de ações de empresa, pelos empréstimos concedidos a longo prazo e pela parcela dos lucros dos acionistas não distribuídos.
 - (C) pelos recursos captados através da compra de ações da empresa no mercado, parcela dos lucros não distribuídos aos acionistas e empréstimos contraídos a curto prazo.
 - (D) pelos empréstimos contraídos a longo prazo, recursos captados através da venda de ações no mercado e com a parcela dos lucros não distribuídos aos acionistas.
 - (E) as alternativas A e C estão corretas.
9. Uma estrutura ótima de Capital da empresa, resulta:
- (A) do equilíbrio dos custos e benefícios dos empréstimos, para minimizar o seu custo médio ponderado de capital.
 - (B) do equilíbrio dos custos e investimentos, para minimizar o seu custo médio ponderado de capital.
 - (C) do equilíbrio dos Custos Variáveis e Fixos para minimizar o seu custo médio ponderado de capital.
 - (D) da maximização da riqueza dos acionistas e empréstimos contraídos para minimizar o seu custo médio ponderado de capital.
 - (E) da minimização da riqueza dos acionistas e dos benefícios dos empréstimos contraídos para minimizar o seu custo médio ponderado de capital.

10. A taxa de retorno sobre investimentos obtém-se através de:
- (A) divisão do Patrimônio Líquido pelo Investimento.
 - (B) multiplicação do lucro pelo Investimento
 - (C) divisão do lucro pelo Investimento
 - (D) multiplicação do Patrimônio Líquido pelo Investimento.
 - (E) divisão dos empréstimos contraídos pelo Investimento.
11. Constituem Contas do Realizável a Longo Prazo, de acordo com a Lei das S/A;
- (A) Adiantamentos, Duplicatas a Receber e Marcas e Patentes.
 - (B) Imposto a Recuperar, Conta Corrente e Instalação.
 - (C) Depósito Compulsório, Juros a Vencer e Despesas Antecipadas.
 - (D) Estoques, Bancos e Móveis e Utensílios.
 - (E) Títulos da Dívida Pública, Estoques e Títulos a Receber.
12. Assinale a alternativa que corresponde à aquisição de um caminhão a prazo, que provocou mudanças no somatório do Balanço Patrimonial:
- (A) aumenta o Ativo e diminui o Passivo.
 - (B) permanece inalterado a soma do Ativo e do Passivo.
 - (C) aumento do Passivo e aumento do Ativo.
 - (D) diminui Ativo e Diminui Passivo.
 - (E) as alternativas B e C estão erradas.
13. Um aumento do Capital Social de empresa, mediante aproveitamento de créditos dos sócios em Conta Corrente, provoca:
- (A) aumento do Ativo e diminuição do Passivo.
 - (B) aumento do Ativo e aumento do Patrimônio Líquido.
 - (C) diminuição do Passivo e aumento do Patrimônio Líquido.
 - (D) diminuição do Ativo e aumento do Passivo Líquido.
 - (E) as alternativas B e C estão corretas.
14. A legislação específica, em vigor, determina que o Balanço Patrimonial seja um demonstrativo contábil disposto da seguinte forma:
- (A) Conjunto de Contas disposto em blocos, que representa a posição dinâmica do Patrimônio.
 - (B) Conjunto de Contas dispostas em subgrupos, em grupos (conjunto de subgrupos) e em blocos (conjunto de grupos).
 - (C) Conjunto de Contas agrupadas, que demonstra o resultado do exercício futuro.
 - (D) Conjunto de Contas em grupos, de forma a demonstrar que as alterações quantitativas afetam o Patrimônio Líquido.
 - (E) Conjunto de Contas agrupadas em blocos, demonstrando a situação financeira da empresa.
15. Assinale a alternativa incorreta:
- (A) Patrimônio Líquido é alterado pelos fatos contábeis qualitativos.
 - (B) Os gastos administrativos afetam o Patrimônio.
 - (C) As Contas de Resultado dividem-se em Receitas e Despesas.
 - (D) Os regimes básicos de escrituração na Contabilidade são de Competência e Caixa.
 - (E) As alternativas A e B estão incorretas.
16. O Relatório Financeiro de uma empresa deve conter:
- (A) Balanço Financeiro e Balanço Industrial.
 - (B) TURN OVER do Exercício e Demonstrações Financeiras.
 - (C) Balanço Patrimonial e Resultado de Conta Mercadorias.
 - (D) Demonstrativo de Conta Corrente dos sócios e Balanço Patrimonial.
 - (E) Demonstrações Financeiras e Balanço Patrimonial.

17. A empresa possui 2 tipos de Capital: de Terceiros e Próprios, que se classificam, respectivamente, no Balanço Patrimonial:
- (A) Patrimônio Líquido e Exigível a Curto Prazo.
 - (B) Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo.
 - (C) Realizável a Longo Prazo e Exigível a Longo Prazo.
 - (D) Exigível a Longo Prazo e Realizável a Longo Prazo.
 - (E) Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.
18. No Ativo Compensado do Balanço Patrimonial, são demonstrados os valores:
- (A) Realizável a Longo Prazo.
 - (B) Das obrigações registradas que direta ou indiretamente possam afetar o Patrimônio.
 - (C) Dos Bens Móveis e Imóveis.
 - (D) Dos direitos registrados, que direta ou indiretamente possam afetar o Patrimônio.
 - (E) Das Receitas e Despesas Pendentes.
19. As demonstrações financeiras podem ser analisadas através de índices e se dividem em:
- (A) Atividade, Encerramento, Ponderado e de Lucratividade.
 - (B) Endividamento, Temporal, Ponderado e Liquidez.
 - (C) Liquidez, Endividamento, Lucratividade e Atividade.
 - (D) Lucratividade, Liquidez, Temporal e Atividade.
 - (E) As alternativas B e D estão corretas.
20. Fazem parte de um Sistema Orçamentário Empresarial:
- (A) Orçamento de Empréstimos, Orçamento de Caixa, Orçamento de Resultados, Orçamento Extra-orçamentário e Orçamento Operacional.
 - (B) Orçamento de Resultados, Orçamento Operacional, Orçamento Agregado e Orçamento de Investimentos.
 - (C) Orçamento Extra-orçamentário, Orçamento Financeiro, Orçamento de Empréstimos, Orçamento de Resultados e Orçamento Operacional.
 - (D) Orçamento de Resultados, Orçamento Financeiro, Orçamento de Investimentos, Orçamento de Empréstimos e Orçamento Agregado.
 - (E) Orçamento de Investimentos, Orçamento Operacional, Orçamento de Resultados e Orçamento de Caixa.
21. Constituem peças orçamentárias do Orçamento Operacional de uma empresa:
- (A) Previsão de Mão de Obra e Previsão de Custos.
 - (B) Previsão de Despesas com Vendas e Depreciação.
 - (C) Previsão de Vendas e Orçamento de Produção.
 - (D) Orçamento de Produção e Previsão de Matéria Prima.
 - (E) Previsão de Depreciação e Previsão de Vendas.
22. Os fatores básicos em que se baseiam os Custos de Capital para uma empresa são:
- (A) grau de risco, o Imposto de Renda a ser pago e a oferta e demanda de financiamentos.
 - (B) grau de endividamento, análise de dividendos e grau de risco.
 - (C) grau de risco, análise da oferta e da procura e risco do Imposto de Renda.
 - (D) análise do Imposto de Renda já recolhido, grau de risco e análise de financiamentos.
 - (E) análise de financiamentos, análise de oferta e procura e grau de endividamento.
23. A taxa de retorno que a empresa precisa obter sobre os seus projetos de investimentos, para manter o valor de mercado de suas ações, denomina-se:
- (A) Risco Operacional.
 - (B) Custo de Capital.
 - (C) Risco Financeiro.
 - (D) Custo de Risco.
 - (E) As alternativas B e D estão corretas.

24. Quando do Planejamento Orçamentário anual, inclui-se dotação global não especificamente destinada a determinado programa em unidade orçamentária, cujos recursos serão utilizados como fonte compensatória para abertura de créditos suplementares. Essa dotação global, de conformidade com o Decreto Lei nº 900/69, ocorrerá com o título:
- (A) Reserva para Investimentos.
 - (B) Reserva Legal Extra-orçamentária.
 - (C) Reserva Compensatória.
 - (D) Reserva de Contingência.
 - (E) Reserva Compulsória.
25. Na avaliação do Planejamento Orçamentário, espera-se:
- (A) que a execução orçamentária tenha ocorrido conforme prevista na Lei Orçamentária.
 - (B) que a execução orçamentária demonstre, ao final do exercício financeiro, a ocorrência do lucro esperado.
 - (C) que a execução orçamentária demonstre, ao término do exercício, um aumento do Patrimônio Líquido/Capital Social.
 - (D) que a execução orçamentária ocorrida no exercício demonstre a variação patrimonial.
 - (E) as alternativas C e D estão corretas.
26. O Orçamento Público é também conhecido como:
- (A) Lei de Meios.
 - (B) Projeto de Lei Orçamentária.
 - (C) Lei de Isonomia Orçamentária.
 - (D) Lei Doutrinária.
 - (E) Lei de Responsabilidade Fiscal.
27. Podemos afirmar que o lucro obtido pela empresa em cada exercício social representa:
- (A) o resultado dos custos financeiros pagos pela empresa em relação à sua receita operacional.
 - (B) a remuneração do Capital de Terceiros da empresa.
 - (C) o resultado da diferença entre a Receita Operacional e os Investimentos da Empresa.
 - (D) a remuneração do Patrimônio Líquido da Empresa.
 - (E) a remuneração do investimento dos proprietários da empresa.
28. São informações importantes que devem constar de um Relatório de Análise de Balanço da empresa:
- (A) desempenho, adequação das fontes à aplicação de recursos, plano de investimentos, comparativo das receitas dos 3 últimos exercícios e evidência de erros na administração.
 - (B) situação econômica, situação financeira, desempenho, eficiência na utilização dos recursos, tendências e perspectivas.
 - (C) situação financeira, situação econômica, demonstrativo das aplicações financeiras, plano de investimentos da empresa e relação dos funcionários admitidos.
 - (D) avaliação de alternativas econômico-financeiras futuras, situação econômico-financeira, relação dos diretores e suas respectivas funções, projetos para ampliação do Capital Social da empresa, relação dos bens patrimoniais da empresa.
 - (E) relação do lucro e/ou prejuízo dos 3 últimos exercícios, situação patrimonial da empresa, situação econômica e situação financeira.
29. Dentre os vários princípios orçamentários, temos o de Exclusividade, que consiste em:
- (A) considerar no Orçamento seu conteúdo e forma de programação.
 - (B) considerar no Orçamento uma única política orçamentária.
 - (C) considerar no Orçamento todos os programas de cada órgão.
 - (D) considerar no Orçamento somente matérias pertinentes à previsão de receita e fixação de despesas.
 - (E) considerar no Orçamento as despesas por Unidades Administrativas.

30. São consideradas etapas do ciclo orçamentário:

- (A) programação, aprovação e mensuração dos dados estatísticos.
- (B) recolhimento das Receitas e pagamento das Despesas Públicas.
- (C) execução, empenhamento e pagamento das despesas.
- (D) empenhamento, execução, avaliação.
- (E) elaboração, estudo e aprovação, execução e avaliação.

31. Podemos dizer que o caso mais comum de relação custo/volume/lucro, na hipótese de certeza quanto aos valores de custos e receitas, recai na empresa industrial que:

- (A) produz apenas um produto e tem restrições de capacidade e de mercado.
- (B) produz mais de um produto e tem várias restrições de capacidade ou de mercado, ou mais provavelmente ambas.
- (C) produz mais de um produto e não possui restrições nem de mercado, nem de capacidade.
- (D) produz apenas um produto e não tem qualquer tipo de restrições.
- (E) as alternativas A e C estão corretas.

32. No mundo dos negócios, podemos afirmar que nada existe de certo ou concreto. O analista de custos deverá estar acostumado com esta realidade e afirmar que "o mais possível é", pois está trabalhando com incertezas que podem ser consideradas em vários níveis de complexidade, como:

- (A) incertezas quanto aos custos e despesas, preço de aquisição de matéria prima e preço de vendas.
- (B) preço de compras, preço de demanda e estoques futuros.
- (C) incerteza quanto ao volume de compras, custos e despesas e preço de vendas.
- (D) incerteza quanto ao estoque inicial, volume de compras, estoque final e, conseqüentemente, preços de vendas.
- (E) incertezas quanto ao volume de vendas, preço de vendas e custos e despesas.

33. É importante observar que, para a análise de custo/volume/lucro, a classificação dos custos fixos e variáveis leva em consideração:

- (A) volume de atividades necessárias à produção, o valor total dos custos com vários itens e o período de tempo considerado.
- (B) o período de tempo considerado, o valor de custos com mais de um item nessa unidade de tempo e a relação das atividades necessárias à produção.
- (C) a unidade de tempo, o valor total dos custos com um item nessa unidade de tempo e o volume de atividades.
- (D) a unidade de tempo, o valor total dos custos com vários itens nessa unidade de tempo e o volume de atividades necessárias à produção.
- (E) valor total dos custos com apenas um item nessa unidade de tempo, o período de tempo necessário à elaboração do produto e o volume de atividades repetitivas no custo primário do processo produtivo.

34. Três sócios formaram uma sociedade. O primeiro entrou com R\$ 12.000,00; o segundo e o terceiro com R\$48.000,00, permanecendo o primeiro durante 6 meses, o segundo, 8 meses e o terceiro durante 10 meses. Calcular o lucro de cada um, sabendo-se que houve no total um lucro no montante de R\$ 39.000,00.

- (A) R\$ 3.636,12; R\$ 12.356,17; R\$21.636,46.
- (B) R\$ 4.578,19; R\$ 11.921,80; R\$ 12.459,00.
- (C) R\$ 17.683,00; R\$ 3.956,00; R\$ 18.956,18.
- (D) R\$ 3445,35; R\$ 11.118,18; R\$ 26.336,26.
- (E) R\$ 3.545,45; R\$ 11.818,18; R\$ 23.636,36.

35. Calcular o Capital que em 3 anos e 6 meses rendeu, à taxa de 10% a.a., o montante de R\$ 7.350,00.

- (A) R\$ 21.000,00.
- (B) R\$ 15.680,00.
- (C) R\$ 17.685,33.
- (D) R\$ 19.650,00.
- (E) R\$ 23.500,00.

36. Descontou-se um título de R\$ 30.000,00 à taxa de 1% a.m., tendo apresentado o líquido de R\$ 27.600,00. Calcular o tempo.
- (A) 245 dias.
 - (B) 16 meses.
 - (C) 9 meses e 5 dias.
 - (D) 8 meses.
 - (E) 7 meses.
37. Num estabelecimento comercial, as mercadorias eram vendidas com um acréscimo de 20% sobre o preço de custo. Calcular o preço de custo de uma mercadoria que foi vendida por R\$300,00.
- (A) R\$ 230,00.
 - (B) R\$ 260,00.
 - (C) R\$ 250,00.
 - (D) R\$ 280,00.
 - (E) R\$ 240,00.
38. Uma pessoa coloca R\$ 5.000,00 a 8%; R\$ 8.000,00 a 9% e R\$ 15.000,00 a 5%. Calcular a taxa média do investimento.
- (A) 8,35%.
 - (B) 6,68%.
 - (C) 7,15%.
 - (D) 5,23%.
 - (E) 5,76%.
39. Calcular o valor da prestação mensal para amortizar, com 12 parcelas um empréstimo de R\$ 60.000,00, com juros de 2% a.m.
- (A) R\$ 8.658,17.
 - (B) R\$ 5.673,57.
 - (C) R\$ 4.678,23.
 - (D) R\$ 7.986,45.
 - (E) R\$6.445,60.
40. Posso um débito de R\$ 110.000,00 para pagamento daqui a 25 dias. O dinheiro custa 18% a.m. Calcular o valor do débito de hoje:
- (A) R\$ 96.282,12.
 - (B) R\$ 94.651,10.
 - (C) R\$ 95.343,22.
 - (D) R\$ 96.518,17.
 - (E) R\$ 95.828,22.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Não se consideram hipóteses de incidência sobre o ITBI – Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis:
- (A) na instituição de usufruto e servidão
 - (B) na cessão de direitos à sucessão e permuta.
 - (C) na aquisição por usucapião e transmissão de bem imóvel, quando este retornar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda.
 - (D) na compra e venda e na concessão de direito real de uso.
 - (E) na arrematação e na cessão de direitos à sucessão.

42. Constatada falta de pagamento do ITBI, por meio de ação fiscal, ou denunciada a falta após o início, será aplicada contra o infrator uma multa sobre o valor atualizado do imposto devido e não pago, ou pago a menor, no percentual de
- (A) 60%.
 - (B) 15%.
 - (C) 30%.
 - (D) 20%.
 - (E) 40%.
43. A TFA – Taxa de Fiscalização de Anúncios é devida em razão:
- (A) da prestação de serviços efetuada pelo município pela utilização de publicidade em logradouro público.
 - (B) da somatória dos valores envolvidos no anúncio.
 - (C) da prestação de serviços das empresas de Marketing em razão do tamanho do anúncio.
 - (D) do exercício do Poder de Polícia Municipal, pela utilização de publicidade em logradouro público.
 - (E) do exercício regular na prestação de serviços do Poder Público, para utilização de publicidade em logradouro público.
44. Estão isentos da TFA -Taxa de Fiscalização de Anúncios:
- (A) as placas ou letreiros que contiverem apenas a publicidade do bem ou serviço.
 - (B) os anúncios que indiquem quaisquer avisos técnicos sobre algum produto ou serviço.
 - (C) os anúncios ou emblemas de sociedades anônimas.
 - (D) os anúncios de entidades esportivas com a finalidade de aumentar seu quadro social.
 - (E) as placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador.
45. Não está sujeito ao recolhimento do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:
- (A) os serviços de transporte intermunicipal.
 - (B) os serviços médicos de análise clínica.
 - (C) os serviços de assistência técnica.
 - (D) os serviços de reflorestamento.
 - (E) os projetos, cálculos ou desenhos técnicos de qualquer natureza.
46. A alíquota do ISSQN sobre os serviços de instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central, é de:
- (A) 12%.
 - (B) 10%.
 - (C) 5%.
 - (D) 3,5%.
 - (E) 5,5%.
47. Complete a frase com a alternativa correta:
O contribuinte do IPTU deverá promover sua inscrição no cadastro respectivo, no prazo de ____ da data de constituição da propriedade, domínio útil ou posse do imóvel.
- (A) 60 dias.
 - (B) 90 dias.
 - (C) 30 dias.
 - (D) 45 dias.
 - (E) 120 dias.

48. Para a determinação do valor venal do imóvel não são considerados:

- (A) o valor dos bens móveis e imóvel em construção dentro do imóvel principal e ainda, as restrições previstas para o caso de casamento com separação de bens.
- (B) o valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração ou comodidade e ainda, as restrições ao direito de propriedade, bem como o estado de comunhão dos proprietários.
- (C) o valor dos bens móveis e edícula mantidos no imóvel, em caráter permanente, para efeito de utilização, e ainda, as restrições quanto ao estado de comunhão de bens dos proprietários.
- (D) o valor dos bens móveis localizados no imóvel em caráter temporário, para utilização própria ou para locação, bem como no caso de restrições previstas para os casamentos com comunhão de bens.
- (E) o valor dos bens móveis existentes no imóvel, em caráter permanente, por efeito de comodidade e ainda as restrições de posse da propriedade, bem como os casos de casamento com separação de bens.

49. A indústria de transformação é um dos pilares da economia de Campinas. Para incentivar a vinda de novas empresas, em tempos de globalização, a cidade conta com uma secretaria específica, denominada

- (A) Secretaria de Cooperação Internacional, criada no governo de José Roberto Magalhães Teixeira.
- (B) Secretaria de Planejamento e Negócios, existente desde a fundação da cidade.
- (C) Secretaria de Negócios Internacionais, criada na administração Francisco Amaral.
- (D) Secretaria de Cooperação Internacional, criada pelo prefeito Antônio da Costa Santos.
- (E) Secretaria das Finanças, criada na gestão de Orestes Quércia.

50. A criação do Programa Renda Mínima foi uma das iniciativas da administração municipal de Campinas para resolver problemas sócio-econômicos de uma cidade já metropolizada. Esse projeto

- (A) foi criado na administração de Antônio da Costa Santos, em 2000.
- (B) foi criado pelo prefeito Francisco Amaral, mas extinguiu-se ao final de sua administração.
- (C) foi criado pelo governo federal e implantado na cidade de Campinas em 1999.
- (D) foi iniciativa pioneira de Campinas, durante a administração de Magalhães Teixeira.
- (E) foi inspirado em proposta do Partido dos Trabalhadores (PT) e posto em vigor na administração de Jacó Bittar.